



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
FACULDADE DE HISTÓRIA

DILANE CAVALCANTE DE OLIVEIRA

**HISTÓRIA, MULHER E POLÍTICA: Uma análise sobre mulheres de Concórdia
do Pará e seus lugares de Fala e Poder nos processos eleitorais**

ANANINDEUA 05/2022

DILANE CAVALCANTE DE OLIVEIRA

HISTÓRIA, MULHER E POLÍTICA: Uma análise sobre mulheres de Concórdia do Pará e seus lugares de Fala e Poder nos processos eleitorais

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade de História da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Ananindeua, como requisito final para a obtenção do título de Licenciada plena em História.

Orientadora: Anna Maria Alves Linhares

Aprovado em 17 de Junho 2022.

BANCA EXAMINADORA

Professora Dr^a Anna Maria Alves Linhares – UFPA (Orientadora)

Mestre Lívia Noronha

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pela
autora

C376h Cavalcante de Oliveira, Dilane.
História, Mulher e Política: Uma análise sobre as mulheres de
Concórdia do Pará e seus lugares de fala e poder nos
processos eleitorais / Dilane Cavalcante de Oliveira. — 2022.
40 f.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Anna Maria Alves
Linhares Trabalho de Conclusão de Curso
(Graduação) -
Universidade Federal do Pará, , , Ananindeua, 2019.

1. Mulher.. 2. Política . 3. Processos eleitorais .
4. Ensino de história . I. Título.

CDD 301.36309

AGRADECIMENTO

Inicio agradecendo a Deus, a Deusa, aos Santos, a Virgem de Nazaré, aos Orixás, a todas as forças da Natureza que com amor nos abençoam, e que com gratidão e fé confiamos que há algo melhor pra viver em outro plano, mas que enquanto não chega esse dia, vamos lutando por dias melhores e vamos sendo felizes aqui.

Agradeço a minha mãe Maria da Conceição Caalcante que me ensinou que nada mudaria minha vida se não fosse pelos estudos, que criou sozinha meus irmãos e eu com muito sacrifício, e que mesmo com lágrimas nos olhos, cansaço ou medo do que viria na vida, não desistiu de nós, lutou e hoje dorme sossegada por que todos os filhos foram encaminhados para o bem e para o trabalho. Se a minha luta hoje é pelos direitos de mulheres, é por você, foi por eu nunca ter esquecido o que passastes e por não ter tido a chance de lutar quando você precisou, quando merecia uma rede de apoio, de colo e cuidado, éramos pequenos demais pra cuidar de ti, mas agora estamos aqui fortes, grandes e lutando pra que nenhuma de nós sofra nenhuma violência. Obrigada por tudo mãe, eu te amo.

Aos meus irmãos Dilaene, Junior e Neto, agradeço pelas palavras de apoio, sei que as dificuldades, as obrigações e as diferenças nos separam as vezes, mas tudo isso nos fazem aprender, às vezes sem termos tanta paciência, mas sempre com vontade de sermos melhores, crescer com vocês me fez forte, obrigada meus irmãos, eu amo vocês.

A minha namorada Mônica Soraia, aqui posso te chamar assim rsrs. Você chegou quando meu coração tava tão pequeno, sofreu tantas acusações sobre a capacidade de me amar, que cheguei achar que não merecia ter o seu amor, mas aqui estamos depois de derramar tantas lágrimas, e agora talvez tenham algumas, mas dessa vez é da vitória de mais uma etapa concluída, e eu só sei agradecer por ter encontrado você nessa vida, obrigada por me ouvir, enxugar minhas lágrimas, corrigir meus trabalhos até a madrugada, por me amar e por me fazer a mulher mais feliz desse universo, eu te amo e desejo viver todos os dias da minha vida ao teu lado.

A minha filha Iara Fernanda e os meus filhos Naldinho e Miro Neto, a maior riqueza da vida eu já conquistei, são vocês, e todos os dias eu agradeço a Deus por tê-los, é por vocês que eu busco ser melhor, a melhor amiga, a melhor profissional, a melhor filha, a melhor mãe, quero que tenham muito orgulho de mim, assim como tenho de vocês, não há nada nesse mundo capaz de mensurar meu amor, meu zelo, e minha dedicação aos seus sonhos, vcs são um parte de mim e eu serei pra sempre parte de vocês, eu amo infinitamente cada um.

Aos meus amigos que aqui estão representados pela Terezinha, Márcia, Angélica, Helione, Elenice, Wesley, Elton, Elias Borges e Roseane Borges vocês são minha família, que me amaram e estiveram ao meu lado, quando eu me senti sozinha, enquanto eu recebia o julgamento cruel daqueles que eu confiei, vcs me deram colo, amor, respeito e a amizade, eu nunca vou esquecer-me disso, eu amo de mais vocês.

Aos meus amigos da Faculdade Fernanda, Izabela, Eliet e Marlison, vocês foram meu porto seguro nesta universidade, dividimos comida, dividimos casa, dividimos viagens, dividimos medos, dividimos choros, dividimos alegrias...mas nunca dividiremos o Amor que construímos ao longo desses anos, levarei comigo cada aprendizagem adquirida aqui, cada conselho, cada carinho recebido, amo vocês meus amigos.

A minha Orientadora Anna Maria Linhares, eu sempre sonhei em ser historiadora, mas te ver naquele primeiro dia de aula, só me fez ter certeza que eu estava no caminho certo, és uma professora incrível, que me inspira e me faz acreditar que eu posso ir longe, sonhar e ocupar todos os lugares que desejar, obrigada por tantos ensinamentos, obrigada por ter me ajudado a construir esse sonho, e aprender acima de tudo que lugar de Mulher é onde ela quiser.

A minha Professora/Amiga Suenny de Souza e meu professor/Amigo Wesley Garcia eu quero agradecer por todos os ensinamentos, pelas aprendizagens, pelas experiências magníficas, os vinhos, as cerejas e as conversas dos bares. Mas especialmente quero agradecer pela amizade de vocês, foram humanos as minhas angústias e os meus desabafos, foram compreensivos quando solicitados, foram amigos quando eu acreditava está sozinha, vocês nem imaginam as lágrimas que derramei nos meus desabafos pelo whatsapp, e vocês estiveram ao meu lado, acreditaram em mim quando nem eu mesma acreditei. Obrigada pela amizade desejo levá-la para sempre nessa vida.

Por fim, quero dizer da gigantesca alegria e gratidão que tenho no meu coração hoje, foram 5 anos de crescimento que construí com cada um de vocês, me orgulho de quem eu sou, das minhas raízes, da minha cidade amada Concórdia do Pará, das minhas lutas e das minhas escolhas, eu não vou parar por aqui, a minha luta só está começando, ainda irão ouvir muito falar de mim.

Obrigada a todas, a todos e a todes.

Sejamos Todas Feministas!!!

HISTÓRIA, MULHER E POLÍTICA: Uma análise sobre mulheres de Concórdia do Pará, e seus lugares de Fala e Poder nos processos eleitorais.

RESUMO: O objetivo do artigo é analisar, através de depoimentos de mulheres políticas, quais mecanismos estruturais e culturais permeiam os espaços políticos e quais foram às dificuldades de inserção e sua permanência nos espaços legislativos ocupados na câmara municipal de Concórdia do Pará. O estudo dessa pesquisa apresenta os avanços da ocupação feminina nos espaços legislativos, seus desafios e experiências ligadas às construções sociais que incentivaram o desejo pela disputa dos cargos eletivos, desde a emancipação territorial do município em 1988. Para isso, dialogo com autoras como Michelle Perrot (2019), Margareth Rago (1995), Joan W. Scott (1995) e Simone Beauvoir (1967), para dobrar esta pesquisa enquanto uma pesquisa em gênero e política, Luis F. Miguel (2014), Flávia Biroli (2014) e Dphane Patai (2010), para articular a história aos processos de vida e fazer político e, da mesma maneira, a história oral como fonte de resultados em conjuntos sociais e culturais, que dialogam com autores e estudos da área e fontes históricas, como Marieta de M. Ferreira (2018), Carla B. Pinsky (2018), Hebe Mattos (2016), Brenda Oliveira (2017). Como resultado, observo que há muitas dificuldades e desafios que ocasionam um baixo índice de mulheres aos cargos eletivos ocupados, assim como uma construção social machista, misógina e patriarcal que dificulta a equidade nas ocupações dos cargos políticos. Além disso, verifico que por meio da educação política no ensino é possível realizar uma transformação do conhecimento histórico para uma desconstrução da imagem de inferiorização refletida nas mulheres e suas competências para as disputas eleitorais e a ocupação aos cargos legislativos.

Palavras-Chave: Mulher, Política, Processos eleitorais, Ensino de História.

ABSTRACT: The objective of this article is to analyze, through the testimonies of political women, which structural and cultural mechanisms permeate political spaces and what were the difficulties of insertion and their permanence in the legislative spaces occupied in the municipal council of Concórdia do Pará. The study of this research presents the advances of female occupation in legislative spaces, its challenges and experiences linked to the social constructions that encouraged the desire for the dispute of elective positions since the territorial emancipation of the municipality in 1988.

For this, dialogue was made with authors such as Michelle Perrot (2019), Margareth Rago (1995), Joan W. Scott (1995) and Simone Beauvoir (1967), to double the impact of this research as a research on gender and politics entered Luis F. Miguel (2014), Flávia Biroli (2014) and Daphne Patai (2010) to articulate history to life processes and political making and in the same way, oral history as a source of results in social and cultural groups, which dialogued with authors and studies from the area as well as historical sources, such as Marieta by M. Ferreira (2018), Carla B. Pinsky (2018), Hebe Mattos (2016), Brenda Oliveira (2017).

As a result, I observe that there are many difficulties and challenges that result in a low rate of women to the elected positions held, as well as a sexist, misogynist and patriarchal social construction that makes it difficult to achieve equity in the occupations of political positions.

In addition, I verify that through political education in teaching it is possible to carry out a transformation of historical knowledge for a deconstruction of the image of inferiority reflected in women and their competences for electoral disputes and the occupation of legislative positions.

Keywords: Women, Politics, Electoral Processes, History Teaching

INTRODUÇÃO

Com a alteração da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, mais especificamente no artigo 10, parágrafo 3º, da Lei das Eleições, que prevê o estímulo à participação feminina por meio da chamada cota de gênero (segundo o dispositivo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo, nas eleições para Câmara dos Deputados, câmara legislativa, assembleias legislativas e câmaras municipais), tem como principal objetivo estimular um avanço na participação de mulheres na política, bem como criar dispositivos legais que possam contribuir para permanência e representatividade de mulheres nestes espaços políticos.

Além disso, tal alteração encoraja a problematizar a ocupação desses lugares de poder, haja vista que mesmo vistas como grandes influenciadoras nas organizações sindicais e bases sociais de reivindicação por suas comunidades, regiões, grupos étnicos e partidos políticos, as mulheres ainda se mantêm longe das disputas eleitorais e conseqüentemente distante dos cargos eletivos municipais, estaduais e federais.

De tal forma, enquanto mulher, nortista, paraense, interiorana e residente em Concórdia do Pará, ligada a movimentos sociais e políticos em minha cidade e diante das observações dos espaços políticos eletivos ocupados nas últimas eleições municipais, neste trabalho, aprecio os discursos das mulheres políticas de Concórdia do Pará e relaciono suas participações aos desafios de avançar na efetividade de se incluir no cenário político, levantando assim questões como: estes 30% estabelecidos presente na lei aqui apresentada se tornam suficientes para os avanços da participação feminina na política? Esse estímulo é suficiente para que mulheres desafiem os espaços dominados por homens? Quais estratégias essas mulheres estão desenvolvendo para ampliar suas participações no cenário político da cidade? Qual o papel da educação neste processo?

Estas mulheres estão ligadas aos debates da política local, ocupando frentes populares de organizações, por vezes ligadas aos seus conjugues, mas quando saem para as disputas eleitorais se resumem a um número pouco representativo, seja uma eleita ou nenhuma nas legislaturas, e quando ocupam não avançam na sua permanência nesses espaços. Observa-se, assim que, as participações das mulheres em estâncias políticas estão em segundo plano, por

estas mulheres também estarem exercendo diversas ocupações seja profissional, familiar ou pelo próprio interesse político dos partidos, que permite sua “conformação” no lugar pré-determinado.

Em consequência das experiências que vivenciei na minha base de formação e aprendizagem, assim como por meio de entrevistas e estudos bibliográficos, busco discutir sobre a figura da Mulher nos meios políticos e históricos dos movimentos sociais e nesse processo percebo que as mulheres, mesmo estando presentes protagonizando inúmeras histórias de lutas sociais, frente as mais diversas reivindicações de lugar e direitos, não são apresentadas como sujeitos importantes e necessários para os avanços nesses espaços, no qual impacta diretamente na representatividade das escolhas de figuras femininas para os espaços legislativos e de outras naturezas políticas.

Logo, a pesquisa prioriza analisar as dimensões e diversidades das mulheres que ousaram ocupar esses lugares, suas experiências vividas, seus lugares de fala posto no contexto cultural, organizando e relacionando a percepção deste meio, a qual possibilita análises dos processos históricos possíveis de se desenvolver e viabilizar reflexões sociais relativas à temática gênero e os espaços sociais, políticos e históricos que mulheres ocupam. A obra de Djamila Ribeiro traz a importante análise política de ações de permanências do lugar de poder (2017, p.35) assim

A teoria do ponto de vista feminista precisa ser discutida a partir da localização dos grupos nas relações de poder. Seria preciso entender as categorias de raça, gênero, classe e sexualidade como elementos da estrutura social que emergem como dispositivos fundamentais que favorecem as desigualdades e criam grupos em vez de pensar essas categorias como descritivas da identidade aplicada aos indivíduos.

A pesquisa que desenvolvo aborda os contextos que as mulheres estão inseridas, pois visa analisar as dificuldades e permanências que se debruçam sobre sua inserção na política, e as possibilidades de mudanças nos cenários brasileiros, com foco privilegiado para o ensino de história.

Desta maneira, analiso o discurso de quatro mulheres que ocuparam ou ocupam cargos eletivos e que residem no território de Concórdia do Pará¹, a se saber: Maria José Lima Duarte, professora licenciada em Pedagogia, concursada

¹ Todas as entrevistadas autorizaram o uso de informações sobre suas atuações, bem como trechos de suas entrevistas para a construção deste trabalho.

da rede pública municipal, declara-se parda, solteira e foi a primeira vereadora eleita no município de Concórdia do Pará que atuou entre os anos de 1988 e 1991. Elizangela Paiva Celestino, Professora concursada na rede pública municipal, declara-se preta, solteira, ex-vereadora, atuante entre os anos de 2004 e 2007, Vice-Prefeita entre os anos 2008 e 2011 e atual prefeita de Concórdia do Pará. Mônica Santana, formada em Serviço Social, declara-se parda, viúva, vereadora, atualmente ocupante da mesa diretora da Câmara municipal de Concórdia do Pará desde 2021 e Antonina Santana Borges, agricultora, declara-se negra, casada, e remanescente do quilombo Santo Antônio, ex-vereadora, atuante no cargo entre os anos 2008 e 2015.

O que caracteriza esta pesquisa como uma pesquisa em história oral, que é usada como grande ferramenta nos métodos de pesquisa no campo da História, com dois importantes atores de ação, sendo eles o pesquisador e o sujeito. Transpondo, assim, a história feita por pessoas comuns, abrindo caminho para histórias coletivas concentradas em problemáticas particulares (PATAI, 2010). Além de contribuir para a construção de biografias com protagonismos de pessoas comuns que fortalecem atividades importantes para o desenvolvimento de suas comunidades e organizações, por meio de análises suscitadas como suporte das pesquisas, distinguindo o olhar a determinado indivíduo e reconstruindo observações às relações de gênero ao meio político, com possibilidades de dialogar a multiplicidade das experiências nos meios sociais com ênfase ao gênero feminino e o avanço as ocupações e organizações políticas, haja vista que, como afirma Vavy Pacheco Borges (2018), torna-se necessário o interesse pelos antes esquecidos, pois:

Percebem-se reações contra conceitos totalizantes como “classe” e “mentalidades”, contra categorias predeterminadas (como “revolução”) e um favorecimento da experiência. Próximo a isso, surgiu o interesse pelos “excluídos ou os “vencidos” da história, como as ditas minorias sociológicas (negros, mulheres, homossexuais). Teve seu papel também o já lembrado triunfo de um polimorfismo do homem vindo da literatura: “Toda a Literatura contemporânea afirma a ausência de um sentido unitário para a vida, de um valor ao qual ligar a multiplicidade da experiência e descobre assim que todo homem é um arquipélago. (BORGES, 2018, p.210)

Expondo com responsabilidade as elaborações de suas narrativas para que proporcione ao indivíduo o seu reconhecimento como parte essencial da história da sua cidade, comunidade, organização social e política, tornando-o capaz de compreender os processos históricos e conseqüentemente alcançar os

importantes debates as novas análises e ressignificações dos papéis nos meios sociais.

Desta maneira, compreende-se que há diferentes formas de conhecer o passado sendo este processo necessário para analisar o tempo presente com dimensões políticas aos debates historiográficos da micro História, que promove percepção ampla nas problemáticas estabelecidas, contribuindo para concepções e críticas dos sujeitos presentes nas lutas políticas, seus protagonismos e suas pluralidades culturais, que reflete nas organizações sociais e nos espaços de disputas eletivas de poder e fala, e por isso, escolho tal método de pesquisa para realizar este estudo.

Além das narrativas orais que capturam as vivências dessas mulheres entrevistadas, relaciono tais discursos com teóricas dos campos de pesquisa em história/gênero, tais como Michelle Perrot (2019), Margareth Rago (1995), Joan W. Scott (1995) e Simone Beauvoir (1967), e para dobrar esta pesquisa enquanto uma pesquisa em gênero e política dialoguei com Luis F. Miguel (2014), Flávia Biroli (2014), Daphne Patai (2010) e Djamila Ribeiro (2017), para articular a história aos processos de vida e fazer político e, da mesma maneira, a história oral como fonte de resultados em conjuntos sociais e culturais, que dialogam com autores e estudos da área e fontes históricas, como Marieta de M. Ferreira (2018), Carla B. Pinsky (2018), Hebe Mattos (2016), e Brenda Oliveira (2017).

Desta forma, com a intenção de nos levar a pensar sobre os desafios dessa sociedade as desigualdades entre gêneros nos processos políticos e com a possibilidade de reverter à invisibilidade da intelectualidade política feminina, trouxe estudos de mulheres políticas em Concórdia do Pará, inseridas em organizações sociais, comunitárias e partidárias, que disputaram alguns processos eleitorais e apesar de ser apenas um pequeno recorte social, os relatos construídos poderão ser conduzidas as circunstâncias e restrições que o moldaram em seu papel e lugar nos processos, pois, tal qual nos aponta Daphne Patai (2010), é necessário limitar para compreender.

Além disso, a presente pesquisa relaciona a importância de inserir a aprendizagem no saber antes adquirido, sua experiência posta no contexto cultural ligada ao conhecimento do mundo externo. Processo no qual a educação torna-se ferramenta principal na criação de estratégias no processo social sistemático para construção de uma humanidade mais justa e igualitária. Assim, a

escola torna-se um lugar de privilégios neste contato social, organizando e relacionando a percepção deste meio, desenvolvendo atitudes nas relações entre aluno e a sociedade, que possibilita de forma sistemática, intencional e planejada, e provoca no ambiente escolar novas análises dos processos de aprendizagem, e desenvolve resultados mentais, viabilizando diversidades nas concepções sociais.

De tal modo, a disciplina de história assim como as relações da historiografia e suas reflexões metodológicas de ensino, podem trazer a inserção de conceitos importantes para a representação, temporalidade e memória social. Com modificações em diversos aspectos na disciplina e em metas de conteúdos para a função de construtor da consciência analítica do indivíduo, com o debate da importância e da responsabilidade pelo pensamento crítico. Disciplina esta, que se pensada de forma crítica e contextualizada passará a desenvolver a capacidade do pensar histórico-crítico, tornando uma necessidade ao saber, para então conhecer e articular com responsabilidade o conhecimento histórico, que o torna indispensável para o entendimento do passado/presente na vida humana socialmente construída, como relação íntima entre identidade cultural e a práxis social.

Considero, assim, como forma fundamental o papel da educação nos processos de avaliação de competências passando a formular marcadores identitários sociais de gênero, raça e classe de maneira relevante para uma experiência compartilhada entre os gêneros, impactando aos próprios espaços sociais. De maneira que, ao conhecer, identificar, interpretar e estabelecer relações articuladas entre as histórias vivenciadas e as relações das narrativas históricas, possibilitadas em diferentes contextualizações do ensino.

Essa articulação da história vivida e a história percebida permite uma articulação do conhecimento ímpessoal em diferentes formas: na realidade cotidiana das mulheres, que se relaciona as memórias dos grupos de convívio, no qual possibilita selecionar ideias para dirigir a aprendizagem no ensino para a sua compreensão da aparente inferioridade feminina relacionada às condições sociais, sua submissão na esfera doméstica e à sua exclusão da esfera pública. Nessa lógica se busca o desenvolvimento do indivíduo, logo se compreende a importância de inserir na aprendizagem, sua experiência posta no contexto cultural ligada a aprendizagem do mundo externo, sendo assim, a educação torna-se a peça principal criadora de estratégias no processo social sistemático

da construção da humanidade.

Pelas dimensões da pesquisa apresentadas anteriormente, o trabalho foi desenvolvido em quatro momentos, no qual, no primeiro momento foram realizadas leituras críticas que inclui primeiramente o levantamento bibliográfico em artigos e livros sobre gênero, política e história oral. Em segundo momento, para usar como base e relacionar as leituras, entrevistei as mulheres aqui citadas sobre os contextos das suas experiências durante as participações nos processos eleitorais, conhecendo os meios sociais que vivem e quais suas lidas de demandas diárias nos papéis que exercem. No terceiro momento, desenvolvo um confronto acerca das estatísticas dos processos eleitorais e dialogo com as problemáticas que surgem na realidade dessas mulheres, que as impedem ou dificultam estarem nestes espaços. Por fim, ao dispor das informações que fundamentam a pesquisa, dialogo com autores e relaciono aos discursos das entrevistadas, suas experiências e dificuldades que enfrentaram nos espaços políticos e as possibilidades que o ensino de história possibilita nas transformações e avanços aos espaços de poder.

1. O MOVIMENTO DE MULHERES E POLÍTICA

No final do século XIX surge a emergência de expor as diversas esferas de lutas por direito de acesso das mulheres aos espaços de vivência, trabalhos, rotinas, bem como sobre os desafios de conciliar os diversos papéis atribuídos à mulher, desde o meio familiar até o desafio para inserção dos demais lugares que desejam ocupar. O movimento sufragista instalado, inicialmente na Europa, de maneira organizada, lutava em busca da mobilização da sociedade em torno dos direitos políticos das mulheres, que se movimentam em organizações sindicais, ligas e federações partidárias que as possibilitavam serem ouvidas nos direitos políticos e cidadania das mulheres, criando condições para novas conquistas (COELHO e BATISTA, 2009).

Neste período houve significativas mudanças nos considerados papeis de gênero, fortalecendo os embates sobre o modo de vida a respeito do papel feminino na sociedade, inicialmente predominados sobre os direitos assegurados somente as mulheres da elite. (COELHO e BAPTISTA, 2009).

Em decorrência das defesas da emancipação feminina na sociedade brasileira que iriam para além do direito de votar e ser votada, e perpassavam também pelo direito ao divórcio, ao acesso às escolas de nível superior e por conseguinte o direito de acesso à ciência, este período tornou-se um marco das transformações e movimentação das estruturas sociais. O direito ao voto passa a ser expresso nos argumentos das plenárias das assembleias com debates sobre as mudanças e permanências, todavia como contrariavam as adequações dos papéis femininos ainda impostos na época, foi vetado durante a elaboração da constituição republicana brasileira em 1891. (COELHO E BATISTA, 2009).

Com a ampliação da atuação das mulheres nos diferentes espaços públicos em virtude do processo histórico marcado no Brasil com o crescimento da industrialização, estas ocupavam-se em organizações de operários ainda como lugares secundários e a prevalência de sua valorização como papel feminino estava associado ao lar, trazendo conflitos em suas “duplas jornadas” que passaram a ter que provar que eram capazes de ocupar estes espaços, percebendo a necessidade e agindo em prol de uma organização das demandas sociais como política salarial, melhorias em serviços públicos, entre outras. Entretanto a conquista do voto feminino, veio após grandes movimentações de mulheres que reivindicavam por este direito no Brasil e que deram origem ao movimento sufragista brasileiro, incentivado pela mesma onda que acontecia na Europa e fortalecido por organizações políticas e movimentos sociais influenciados por mulheres da elite brasileira.

Assim, em 24 de Fevereiro de 1932 consolida-se uma grande conquista das mulheres brasileiras, o seu direito de votar e o de ser votada, e assim continuar criando condições e ampliações de novas conquistas. Entretanto, neste momento, os analfabetos permaneciam excluídos deste direito, fato este que inviabiliza em grande medida a mulher negra, identidade social mais afetada pelas diversas violências estruturais, inclusive o alto índice de analfabetismo deste período na sociedade.

Com atuações relevantes e com características novas, as mulheres se vinculavam em partidos políticos que levavam suas demandas a órgãos públicos, em busca de garantir e respeitar seus direitos passando assim, a disputar espaços de poder. No entanto, os espaços de decisão e agenciamento político

ainda eram ocupados por uma minoria e muito dessas mulheres não estavam ligadas aos movimentos sociais. Todavia já era possível perceber alguns avanços por uma “bancada feminina” ou “bancada do baton” que atuou de forma efetiva com emendas específicas de reivindicações feministas além de contribuir para a criação da Constituição de 1988, considerada como “uma das mais avançadas do mundo em relação à população feminina”. (OSORIO, 2022).

Consolidado o movimento sufragista no Brasil, pleiteou-se o reconhecimento dos direitos das mulheres como cidadãs, sujeitos de direitos e deveres, com caminhos de avanços para o acesso ao cenário político. Se por um lado a conquista do sufrágio feminino teve um alcance para a condição cidadã, essa aquisição não foi suficiente para garantir igualdades de direitos entre as mulheres, observando que existiu uma dupla condição de desigualdades para a mulher negra: o racismo e o sexismo (SANTOS, 2020).

A participação da mulher na política brasileira é recente, restrito ao voto somente em 1932 para um pequeno grupo de mulheres fator este que se evidenciou na luta sufragista, luta que segregou em certa medida a mulher negra, que interferiu efetivamente na baixa presença destas mulheres nos espaços de poder, violência simbólica que atua em diversas dimensões sociais e permanecem como grandes obstáculos para as possibilidades de avançar no ambiente predominantemente masculino e branco. (CARVALHO e YASUDA, 2017).

A historiadora Carroline B. Miranda (2020, p. 31) argumentou sobre como “o poder é o elemento central do racismo institucional, fazendo com que grupos que o detém exerça domínio sobre as organizações políticas, econômicas e culturais da sociedade”. Percepção que amplia nosso debate para compreender a importância de mulheres ocupando espaços de poder, no qual se torna necessário para que ampliem ações de políticas públicas que direcione, incentive e propague as ocupações das instituições de poder, evidenciados quando se trata de mulheres negras em cargos eletivos, que sofrem amplamente preconceitos de gênero e raça (estrutural e institucional).

A compreensão dos mecanismos de exclusão do movimento sufragista e a elaboração de respostas institucionais que desafiem o racismo e o patriarcado pressupõem o exame das dinâmicas de dominação sobre as mulheres negras.

Por isso, estudiosas e militantes do feminismo negro tem buscado mostrar especificidades da opressão, resultantes da intersecção de raça e gênero, a partir de uma “perspectiva racial de gênero”.

Novamente, é necessário debater sobre a presença dessas mulheres no atual cenário político brasileiro e a sua “não presença” nesses espaços, assim como porque quando ocupados, são por uma quantidade mínima, insuficientes para uma representação política efetiva para as lutas femininas e seus interesses diversos. Mas de que maneira podemos mudar essa perspectiva, se não for por meio de um olhar crítico sobre o lugar das mulheres nos diversos contextos? Por que, mesmo estando em todas as esferas econômicas e sociais, as mulheres permanecem invisibilizadas nos processos políticos? E por que quando eleitas são sempre questionadas sobre os lugares que devem ocupar ou sobre que devem falar?

Compreendo a importância de reconhecer que o direito ao voto foi importante para garantir novas possibilidades do alcance da condição de cidadania as mulheres, mas este fato não se tornou suficiente para garantir a equidade nos espaços públicos e eletivos com possibilidades de uma luta mais efetiva. De tal forma, é preciso que além do direito ao voto, se encontre formas de assegurar ampliações para atuação das mulheres às disputas dos lugares representativos, bem como que garanta suas permanências nestes lugares de poder, ampliando caminhos para que novas mulheres sejam inseridas na política.

Considerando que há muitos problemas nos processos de conquistas femininas, há algo que devemos enfatizar nestas análises, a presença da mulher negra na política, que tem ainda menor o índice de representatividade, mesmo estas estando há muito tempo organizadas nos movimentos sociais. Logo, é necessário pensar nessa representação coletiva, que alcance toda a diversidade social, enfrentando o racismo pautada nos preceitos feministas, que deve buscar fortalecer as reivindicações de mulheres negras, promovendo efetivamente a fala e a ocupação política, emancipação é coletiva e contínua (SANTOS, 2020).

2. CONCÓRDIA DO PARÁ E A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA

Os campos de estudos sobre as mulheres e temas que relacionam

conexões entre gênero e política com análises em pequenos territórios vem se ampliando, tornando-o necessário para os debates estratégicos e pedagógicos na produção de possibilidades para a inclusão e compreensão do passado/presente para o ensino e a pesquisa em História. Concórdia do Pará, enquanto cidade de pequeno porte tem os reflexos de um sistema nacional e mundial sobre os desafios que as mulheres enfrentam que precisam se debatidos e olhados em uma perspectiva histórica e crítica. E é isto que intenso nesta sessão.

Concórdia do Pará é uma cidade do estado do Pará, localizada a 150 km da capital paraense, isto é, Belém do Pará, e foi emancipado mediante a promulgação da Lei nº 5.442 de 10 de maio de 1988, instituída pela Assembleia Legislativa do Estado. A mesma foi reconhecida como município, adquirindo a sua emancipação política da cidade de Bujarú, do qual era uma vila anteriormente, e configurando a sua área patrimonial com terras desmembradas desta. Segundo o censo de 2010, Sua densidade demográfica é de 40,84 hab/km², sua população é de 28.216 pessoas.

Antes conhecida como Vila Concórdia, Concórdia do Pará surgiu no apogeu da extração madeireira na década de 60, com a vinda de imigrantes dos mais distintos lugares do Brasil, incentivados por melhoria de vida e oportunidades de emprego, fruto do avanço ao “progresso” urbano. Primeiramente, foi aberta uma estrada em direção ao município de Tomé-Açu, que foi sendo povoada e se estendendo ao longo da PA 140, e assim, pequenas comunidades se formaram e posteriormente se expandindo a uma grande vila, da qual se elegeu um representante que se tornou vereador da cidade de Bujaru, ao qual era vinculada na época, Walmir Araújo Alves, que também foi autor da Lei de emancipação de Concórdia e primeiro prefeito do município.

Na primeira legislatura do município no ano de 1988, Maria José Lima Duarte é eleita à primeira vereadora do município pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro- PMDB, professora e influente nas camadas sociais através de sua profissão, aceitou o convite para disputar este lugar de poder, entretanto como a mesma mencionou, não tinha conhecimento deste lugar, por não estar inserida nos espaços de discussão sobre política eletiva da época. Sobre sua participação na política para ser candidata, Maria José Lima Duarte diz:

Com 29 anos de idade fui eleita à primeira vereadora de Concórdia do

Pará, no entanto em organização ou grupos políticos eu não pertencia diretamente. Porém dei forças com relação a emancipação do município e pelo fato de ser professora eu acho que teve bastante influência pra minha eleição, e também eu era nova e admirada por minhas qualidades na época... pelo Walmir Alves no caso, que trabalhávamos juntos na escola Aloysio Chaves, eu professora e ele professor... e tivemos uma amizade e quando ele se intitulou candidato a prefeito, e eu fui convidada para ser candidata a ser vereadora, e eu brincando falei, tá bom, vou ser, não sabia nem o que era política na vida.(Duarte, 2022, n.p.)

O que se percebe então, a partir da fala de Maria José de Lima, é uma comunidade que está aprendendo a se organizar politicamente no especto eletivo. Pode-se dizer que, em Concórdia do Pará, as mulheres estavam atuando em lugares importantes de representatividade para a comunidade local, como as escolas, todavia estes lugares não necessariamente estavam ligados a uma organização política direcionados a consciência do lugar político, fato que se ampliava em outros territórios do Brasil. Suas atuações estavam diretamente ligadas a ações assistencialistas, ao estereótipo carismático, pelo convite de um líder local, ou por impossibilidade de alguém da família ou razão de morte.

Ao perguntar sobre a existência do movimento feminista ou de grupos de articulação entre mulheres em Concórdia do Pará neste período, Maria José Lima Duarte responde:

Basicamente não, pelo fato de ser tudo novo, primeiro prefeito, primeiro vereador entendeu...as pessoas não tinham muita maldade em relação ao feminismo...essa visão...como eu expliquei, após com o meu desenvolvimento e tudo, que já foi havendo as má fé.(Duarte, 2022, n.p.)

Quando fala em “má fé”, ela se refere a hesitação dos homens pelo lugar que a mesma estava ocupando. Observa-se, no entanto, que existem outros contextos que ligam a exclusão delas aos espaços políticos, como formas de ameaças aos homens e aos “lugares” que acreditam ser masculinos, destacando a cultural construída a ideia de que a mulher não está apta para ocupar lugar da política.

Devem-se considerar todas as particularidades existentes nas relações que há entre a mulher e os espaços públicos, principalmente quando se trata de política, que por tanto tempo foi negado às mulheres e que ainda hoje apresenta restrições. Por tanto, é importante compreender as rupturas e permanências no que diz a participação política feminina nesses espaços (PINTO, 2017). Maria José Lima Duarte relata sobre os desafios que vivenciou na carreira política:

Na época não havia essas discussões com relação a gênero masculino

e feminino a ocupar esse lugar de vereador. Porém, após eu ser eleita, eu senti entre os companheiros da Câmara, quando eu fazia alguma atividade em benefício do município. Eu costumava ir lá pro palácio do governador atrás de maquinário, enxovais de bebês e eu conseguia através do secretário de transporte. E (quando) eu partia para as ruas em cima do trator, alguns vereadores criticavam, que eu não deveria estar lá. Tipo assim, discriminação ao fato de eu ser mulher. Futuramente eu fui convidada para ser candidata a prefeita pelo Walmir Alves, pelo trabalho que eu fiz. Eu desenvolvi um trabalho pela Ação Social e lá eu tive um trabalho que estava sendo visado pelas pessoas e estavam gostando...daí alguns se opuseram, discriminaram. Ahh não pelo fato dela ser mulher, precisava ser vice, mulher prefeita não, ela tem que ser vice, daí que começou a aparecer os critérios de discriminação com relação ao cargo da mulher. (DUARTE, 2022. n.p)

As falas trazem como principal elemento o lugar de como a mulher é vista na política pelos homens, demonstrando o caráter patriarcal dessas relações o que implica em contestações e tentativas de estabelecer quais carreiras devem seguir na política, acarretando a ideia de que é necessário que homens ditem os lugares que as mulheres devem ocupar, com determinações dos lugares secundários, fora dos campos de visibilidade, ou da população, isto é, longe da política.

Importante salientar que a ação das mulheres na política se evidencia com o protagonismo das práticas assistencialistas, como um espaço naturalizado para o público feminino, o lugar maternal e controlado. Ao ampliar as áreas de atuação acontecem às oposições que provavelmente intensificam a discriminação, como houve dos vereadores em função das ações da vereadora Maria José Lima Duarte que antes eram debatidas e ocupadas somente por homens, e conseqüentemente suas atuações ganhavam um novo contexto social de que as mulheres poderiam sim ocupar esses lugares.

Compreende-se a importância de conduzir pesquisas e análises na história para a consciência das atuações femininas e em decorrência transformar conceitos dado ao tempo para o ensino de Gênero, com mudanças efetivas para a sociedade, assim o autor Luis F. Miguel (2014) traz, ao discutir a importância de ferramentas sofisticadas para novos campos de pesquisas:

Formas mais complexas de dominação exigem ferramentas mais sofisticadas para entendê-las; nesse processo, o pensamento feminista tornou-se o que é hoje: um corpo altamente elaborado de teoria e reflexões sobre o mundo social. O desafio de compreender a reprodução das desigualdades de gênero em contextos nos quais, em larga medida, prevalecem direitos formalmente iguais levou a reflexões e propostas que deslocam os entendimentos predominantes na teoria política. (MIGUEL, 2014, p.18)

Relações de desigualdades se estabeleceram por diversos processos sociais, no qual é relevante encontrar maiores campos de informações e novas dimensões nos distintos meios políticos e de organizações, por isso é necessário apresentar mulheres como fenômenos de análises, pesquisas de experiências e práticas, e protagonistas de histórias políticas, que analisadas constroem noções, processos e proporções de acontecimentos que se modificam e transformam positivamente ao longo do tempo.

Marcado pelo silêncio de debates, análises aos espaços ocupados por mulheres na história intelectual e política, fortaleceu os discursos masculinos e seus lugares de poder, potencializados como importantes e em alguns casos unicamente referenciados na historiografia desvalido da história de ações e lutas femininas para uma memória disciplinar, justificada pelos processos recorrentes que denegam a atuação de mulheres no campo intelectual, político e social, em que permite a centralidade das participações dos homens, deixando-as fora de importantes espaços de discussão, de maneira a não contemplar proporcionalmente as mulheres, usando de omissões e subestimações de suas presenças e lutas. Deste modo:

Não é possível discutir a teoria política ignorando ou relegando as margens a teoria feminista, que, nesse sentido, é um pensamento que parte das questões de gênero, mas vai além delas, reorientando todos os nossos valores e critérios de análises. (MIGUEL, 2014, p.17)

De tal forma, um dos aspectos estruturais que se pode notar com o discurso da Maria José Lima Duarte, implica que, no espaço de atuação política que a mesma ocupava, haviam restrições colocadas a ela demarcando pretensões de estabelecer controle dos lugares que a mesma deveria ou não ocupar. Entretanto considero que as organizações políticas identitárias são reações importantes para reconhecer e unificar a luta contra as violências de gênero pode-se dizer que anteriormente as violências já estavam lá, mesmo não percebidas como tal, já se discutiam junto aos movimentos sociais, mas não se pautava em definições do machismo estrutural, no qual ocasionou dificuldades em sua permanência na política.

Citando o caso da ex-presidente Dilma Rousseff, eleita, reeleita e passando pelo processo de impeachment em seu último mandato pelo crime de responsabilidade ao praticar as chamadas "pedaladas fiscais" e ao editar decretos de suplementação sem prévia autorização legislativa, faz-se importante

dizer que, dois dias depois, a mesma lei que a acusou foi sancionada e legalizada, e esta mesma lei autorizou as pedais fiscais pelo então governo não eleito de Michel Temer.

No aspecto estrutural do caso mencionado, o objetivo foi provocar uma intenção do enfraquecimento da participação das mulheres na política, pois a dinâmica nos processos eleitorais requer um grau de excesso carismático, e o peso das expectativas diferenciadas para mulheres no mundo político, que implicaram diretamente no fato de “a relação entre ter uma mulher presidente e o empoderamento de mulheres é complicado e, às vezes, contraintuitivo” (JORNAL UOL, 2021, on-line), de modo que, ações executadas por homens são sempre legitimadas, enquanto que das mulheres são colocadas em análise ou desacreditadas. Com isso, percebe-se a necessidade de se criar uma lei para garantir sua inserção nos espaços políticos. Assim sendo, é necessária mudança para abrir debates e questionamentos e extinguir conceitos preconceituosos para as mulheres no sistema político.

A Lei nº 9.504/97 de 30 de setembro de 1997, que estabelece as normas para as eleições no artigo 10º, parágrafo 3º, no qual indica que cada partido ou coligação deva preencher nas eleições proporcionais, o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada gênero, veio possibilitar maiores acessos à disputa pelos espaços de poderes legislativos às mulheres, com o objetivo de corrigir a disparidade entre os gêneros existente nos espaços políticos, com a intenção de promover um maior número de mulheres disputando vagas para atuar no poder público, afirmando a nossa capacidade de ocupar todos os lugares.

Entretanto o que se constata na conjuntura política municipal é o inverso, pois temos nesta, um caminho de projeções diferenciadas e estruturalmente desigual entre os gêneros, haja vista que, mesmo existindo nas bases de políticas sindicais, associações e afins o discurso político de igualdades de gêneros, os espaços destinados às mulheres estão atualmente reduzidos às pequenas escolhas e aos meios de reprodução. Tal qual, é possível verificar no quadro a seguir, que conta uma consulta dos resultados das eleições municipais, após a aprovação da lei Nº 9.504/97 de 30 de setembro de 1997, que contabiliza 06 eleições.

Ano	Candidata Eleita	Votos Nonimais	% Válidos e Coligação	Vagas Preenchidas	Cor/Raça	Profissão
2000	X X X X	X X X X	X X X X	00/ 09	X X X X	X X X X
2004	Elizângela P. Celestino	994 votos	8,436% PDT/PMDB/PSB	01/09	Parda	Professora
2008	Antonina B. Santana	292 votos	2,26% PT	01/09	Negra	Agricultora
2012	Elizamar de L. Sousa	768 votos	4,87% PTB	01/11		
2016	X X X X	X X X X	X X X X	00/11	X X X X	X X X X
2020	Mônica M. S. Santana	758 votos	4,15% MDB	01/11	Parda	Assistente Social

Tabela 01 – análise dos resultados das eleições municipais de Concórdia do Pará a partir da candidatura de mulheres ao cargo de vereadoras, após aprovação da Lei 9.504/97 de 30 de setembro de 1997. Fonte: TSE

Se compararmos a planilha dos anos que antecederão a lei de cotas, podemos constatar que não houve impacto significativo nas vagas de vereadoras, considerando que até a eleição de 1996 eram ofertadas 09 vagas, após a eleição 2012 se ampliou para 11 vagas de vereadores.

Ano	Candidata	Votos Nonimais	% Válidos e Coligação	Vagas Preenchidas/ Gênero F/M	Cor/Raça	Profissão
1988	Maria José L. Duarte		MDB	01/ 09	Parda	Professora
1992	X X X X	X X X X	X X X X	X X X X	X X X X	X X X X
1996	Márcia Luiza M. Blanco	337 votos	4,404% PL	02/09		
1996	Rita de Cássia da C. Trindade.	108 votos	1,902% PL	02/09		Agricultora

Tabela 02 – análise dos resultados das eleições municipais de Concórdia do Pará a partir da candidatura de mulheres ao cargo de vereadoras, anterior a aprovação da Lei 9.504/97 de 30 de setembro de 1997. Fonte: TSE

Ao analisarmos os lugares ocupados pelas mulheres na câmara de vereadores municipal, há uma grande discrepância entre representantes e representadas nos cargos eletivos sejam pelas relações de gênero ou raça. De tal

forma, é preciso levar em consideração o contexto patriarcal, clientelista e assistencialista que historicamente marca os espaços públicos das cidades de muitos municípios brasileiros como Concórdia do Pará. Uma população que é vulnerável ao conhecimento dos seus direitos e conseqüentemente com baixo estímulo à participação popular na política local.

Como podemos observar na fala da Elizângela Paiva Celestino quando a mesma afirma que anteriormente existia um sentimento de gratidão aos políticos, e esse se tornou um dos motivos de sua inserção na política.

eu desde muito nova na escola, por exemplo, era chefe de turma, liderança nata. Buscava participar mais enquanto ainda estudava, meu pai era vereador. Eu dizia que ainda seria vereadora e na época a gente começou a se destacar dentro de casa, eram vários filhos mas quem atendia o povo era eu, quem tava sempre tentando resolver as coisas quando ele não estava, quando ele viajava, e isso acabou me aproximando mais do povo. Mas naquela época era muito assistencialismo e as pessoas ficavam gratas por serem atendidas, eles na verdade não sabiam muitos dos seus direitos e aí as pessoas acabavam te tendo como uma pessoa importante e que acabavam que votavam muito por isso (CELESTINO, 2022, n.p)

Nota-se no relato da Elisângela Paiva Celestino, que existia uma relação de sucessão do interesse político, intensificando no seu dia a dia a relação de assistencialismo entre doador e receptor, fidelizando uma relação que permeavam as relações familiares. Seus trabalhos realizados dentro de casa davam a essas mulheres legitimidade, figura carismática e que sua atuação destacava sua popularidade, e traria uma boa relação diante das comunidades.

Esse papel ocupado por mulheres nem sempre trouxe ruptura das estruturas sociais, mas representava justamente essa sociedade, mesmo com destaque, outras formas de submissão se evidenciavam, sendo necessários um olhar para a realidade das questões sociais deste período que estavam em consonância com seus objetivos, enfatizado por ela mesmo em seu discurso, que as pessoas votavam pelo sentimento de gratidão.

O poder político das mulheres estava em exercício indireto do homem e ligado às classes que já estavam inseridas neste meio social. Sendo assim, observa-se que há um histórico em relação às trajetórias dessas mulheres e os lugares que desejavam ocupar, mas que por vezes houve a necessidade de recuar ou esperar determinados tempos e trajetórias para que pudessem intensificar seus desejos políticos e conseqüentemente a oportunidade de disputar as eleições.

Para a então vereadora Mônica Santana (2022) que esteve sempre ligada a grupos políticos e interesse em disputar as eleições, as dificuldades eram outras, como ela afirma:

Eu sempre estive ligada aos grupos políticos desde os meus 17 anos, mas nunca coloquei meu nome à disposição pra ser votada e tudo. Sempre coloquei pra cumprir vagas de gênero né, mas nunca disputei mesmo pra valer por que eu tive ligada a uma pessoa que já era da política (esposo) e ele de fato concorria valendo, e eu coloquei meu nome duas vezes... mas não concorri, mas eu sempre tive interesse, e em um dado momento quando eu vi a oportunidade de concorrer de fato, eu não pensei duas vezes em concorrer... por que já tinha interesse de fato (SANTANA, 2022,n.p).

Apesar de considerar que nos últimos anos a mulher tem ganhado espaços na esfera política, os resultados obtidos ainda não condizem com uma efetivação da presença neste âmbito, no qual permiti analisar que a lei de cotas não é suficiente para o aumento do índice de eleitas, havendo ferramentas que burlam sua participação, não tornando expressiva a sua presença, e por vezes, a mesma se subjugava, pois se mantêm apoiada nas bases patriarcais que permeiam nos processos eleitorais e sociais.

Constata-se que o incentivo é uma forte condição de encorajamento para a participação das mulheres nas disputas eleitorais, sendo necessárias outras ações, empoderando as mulheres para a representação política, com organizações de bases, com atuações dos diversos setores da sociedade, por meios de políticas afirmativas, formação política, estudos sobre as temáticas e um ensino que desenvolvesse dados sobre a realidade da sociedade, para então criar uma consciência política feminista para estas mulheres.

Este cenário se dá das dificuldades que mulheres enfrentam nesses lugares de disputa, sempre regado de renúncias, preconceitos e lutas que enfrentam quando desejam ocupar o cargo público. Ainda na fala da vereadora Mônica Santana ela relata o desafio de ser aceita neste processo:

Eu encontrei muita dificuldade quando eu coloquei meu nome a disposição, mesmo sabendo que o nosso colégio eleitoral é feminino, mas até mesmo nas mulheres encontramos dificuldades dos votos delas e sempre nos debates políticos, em rodas de conversas com mulheres eu sempre procurei falar da importância da mulher na política, pra criar mais políticas públicas voltadas para as mulheres, e assim, pelo fato de serem poucas mulheres inseridas na vida pública, essas mulheres não se sentem representadas nesse sistema político, elas parecem desacreditadas nas próprias mulheres eu não encontrei apoio, não encontrei incentivo (SANTANA, 2022, n.p.)

Dessa maneira, a ideia é que o eleitorado de forma geral há uma grande

objeção e estranhamento quanto às candidaturas femininas, por meios de resistência enraizados pelo sexismo, reproduzidos inclusive pelo eleitorado feminino, influenciadas pela cultura patriarcal conservadora, por forças religiosas, que reforçam a subalternização da mulher e gera um grande prejuízo para a representatividade de gênero na política (CARVALHO e YASUDA, 2017).

De acordo com os dados mais recentes do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), comprova-se a importância do eleitorado feminino para a política brasileira, pois os dados de setembro de 2020 mostram que as mulheres são hoje 52,6% dos eleitores, enquanto os homens são 47,4%. Considerando esses dados, a atuação da mulher poderia certamente ser maior, dessa maneira estima-se que muitas mulheres permanecem sob os conceitos machistas e patriarcais presentes em nossa sociedade.

O movimento feminista foi importante para os avanços dos direitos conquistados pelas mulheres, entretanto faz necessário entender as ações que foram construídas sobre a realidade dessas mulheres que estabeleceu uma perspectiva unilateral dessa realidade, característica evidente do movimento feminista contemporâneo, presentes por discursos dominados pelas mulheres brancas, de tal maneira, para Miranda este movimento feminista branco:

Difícilmente questiona se a sua perspectiva sobre a realidade da mulher se aplica às experiências de vida das mulheres de forma coletiva, não fazem uma autocrítica sobre suas visões universalizantes a respeito das demandas das mulheres, colocando, ainda hoje, todas como iguais, sem levar em consideração as questões de raça e classe, além das de gênero (MIRANDA, 2020, p.42).

E considerando os fatores ligados à raça e gênero, no contexto municipal, isso se amplia ainda mais, uma vez que, os números relativos à composição da Câmara de Vereadores em Concórdia do Pará, desde 1988, evidenciam a disparidade da representatividade da mulher negra na política.

Antonina Santana Borges foi à primeira mulher negra eleita a ocupar uma cadeira na câmara legislativa no município, com 2,26% dos votos. A ex-vereadora defendia o grupo étnico no qual se reconhece e reside na comunidade Quilombola Santo Antônio (comunidade rural a 35 km da cidade, também conhecida como Vila do Cravo), com característica forte de lutas étnicas. Ao ser perguntada sobre o interesse de ocupar esse lugar na política, Antonina Santana Borges (2022) disse:

Primeiramente, por sermos um povo quilombola, o que nunca tinha acontecido na história deste município, pela primeira vez uma mulher negra entra na política de Concórdia do Pará para mostrar que negros são capazes. Eu entrei com vontade de defender esse povo tão sofrido. (BORGES, 2022, n.p.)

A partir do discurso de Antonina Santana Borges, nota-se que o contexto dos cargos eletivos para política, quando analisado pelos critérios de gênero e raça, é diretamente afetado pelas desigualdades sociais, e que dificulta a disputa pelo direito de ocupar lugares dessa natureza, no caso percebido na narrativa da entrevistada, seu grupo social é extremamente ligada aos interesses de organizações que abrangem as questões pertencentes ao seu grupo étnico-racial, cujo objetivo é a ampliação dos direitos das comunidades quilombolas. Assim,

Existe um problema de sub-representação política da mulher, e torna-se ainda maior quando insere a variável raça em sua análise, sendo necessários aperfeiçoamentos a partir de esforços estatais para eliminar todas as formas de violência contra a mulher, com esforços contínuos diante das complexidades dos obstáculos existentes para a efetivação da participação da mulher negra que possuem índices de representação ainda menores, a dinamicidade dos fatos da vida exige reforços constantes (ALMEIDA e MACHADO, 2021, p.397).

Historicamente o Brasil é marcado pelos registros de preconceitos étnicos raciais nos diferentes espaços de poder, e não menos diferente nos processos eleitorais sabe-se que as características identitárias são aspectos relevantes para a presença dos preconceitos em distintas situações desde a interpessoal vivenciadas diariamente nas relações sociais.

Destaco aqui as informações declaradas no site do Tribunal Superior Eleitoral sobre a raça/cor das candidatas pardas. A entrevistada Elizangela Celestino quando perguntada sobre sua identificação étnica no TSE a mesma justificou que consta um erro, por ter a informação em seus documentos pessoais que refere sua cor parda, mas a mesma considera-se preta.

Antigamente todas as crianças que nasciam ou eram registradas brancas ou pardas, culpa dos cartórios ou dos pais não sei bem... Me considero preta. (CELESTINO, 2022, n.p)

Entretanto percebe-se que há uma consideração em ser preta, mas não há uma percepção dessa identidade em sua resposta, a mesma diz inclusive não ter sofrido ou reconhecer o preconceito institucionalizado na política em relação a sua cor e as disputas eleitorais, quando perguntada sua resposta foi “não”.

Evidenciados também no discurso de Mônica Santana que a mesma se declara parda por vir da miscigenação de seus pais, mas que afirmar não ter

havido nenhum tipo de preconceito em relação a sua raça ou cor nas disputas eleitorais.

No meio político não houve até agora preconceito referente a identidade étnica (SANTANA, 2022, n.p)

Diferentemente da resposta de Antonina Borges, a única com declaração de raça/cor negra no sistema do TSE.

Eu só quero te dizer que com muito orgulho eu sempre me considerei como mulher preta tá entendendo... Então, quando foi lançado a minha campanha primeiro preconceito que eu senti na pele porque quando tocava minhas músicas muitas pessoas riam tá entendendo... Quando chamavam meu nome em cima do palco eu percebia o sorriso de desprezo das pessoas que estavam dirigindo a campanha... Então muitos preconceitos e discriminação, eu senti sim, principalmente porque no logo da minha campanha tava Negra de Sangue Revoltoso (BORGES, 2022, n.p)

A ausência de fatores tornam complexos os processos de identificação étnica racial brasileira, com percepções que se diferem um dos outros, sendo comuns pessoas com mestiçagem e características leves de suas raízes negras, fatores ideológicos de afirmação da negritude, sua valorização em especificidades culturais, todas essas ausências criam dificuldades para a construção da identidade afrodescendente.

Desta forma, identifica-se que as mulheres que atuaram na política em Concórdia do Pará, em sua maioria são pardas e negras, mas que não vêem sua identidade étnica emponderada para debates de organizações e movimentos étnicos raciais, dificultando a inserção de mulheres negras para os debates políticos.

Essas mulheres veem de três principais experiências: dos movimentos sociais, de uma tradição familiar na política e dos espaços escolares. Bem como, se faz necessário compreender as estratégias e meios utilizados por estas mulheres para romper com as limitações ao ocupar espaços historicamente reconhecidos por segregação sexual, social e étnica racial mesmo não havendo um debate diretamente ligado aos direitos feministas.

Para Birole (2014) a ênfase nas experiências singulares dos indivíduos pode ocultar padrões estruturais de opressão. As preferências aprendidas ou adaptativas podem funcionar como dispositivos para acomodar conflitos e reproduzir, com baixo custo as relações de poder. Sendo assim, percebemos que não há ruptura na herança brasileira deixada pela política patriarcal e

escravocrata refletida nos espaços de poder, que permanecem sem efetivação ou presença de políticas públicas que deveriam monitorar essas ausências para então subsidiar a evolução da proteção dos direitos.

Miguel (2014), na Obra “Feminismo e Política”, nos permite refletir sobre como incorporar expressamente os grupos marginalizados no corpo político, “empurrá-los” para dentro, rompendo estruturas de socialização que os mantem afastados dos espaços decisórios, isto é, com concepções construídas ao longo do tempo, ao longo de uma história uniforme e total, que estabeleceu na historiografia valorizações de determinados grupos sociais, políticos, econômicos e étnicos, que desconsiderou por séculos importantes formas de percepção de grupos e análises de seus meios, do qual não permite que o indivíduo se reconheça e se afirme.

O próprio conceito “Gênero” se conectou a diversas áreas de estudos e conhecimentos, que proporcionou relação com o ensino de história, sociedade e cultura, determinados pelo processo de socialização, diante dos aspectos vividos neste meio, de modo que estabelece junção com as distinções circunstanciais socioculturais e históricas. De tal forma, como afirma Alexsandro Dias Muniz e Daniela Regina da Silva.

Gênero está relacionado as diferenças sexuais, mas não necessariamente às diferenças fisiológicas como vemos em nossa sociedade. O gênero depende de como a sociedade vê a relação que transforma um macho em um homem e uma fêmea em uma mulher. Cada cultura tem imagens prevaletentes do que homens e mulheres devem ser. (MUNIZ, SILVA. 2007 p.02)

Essa definição teve diversas variantes, como na década de 1980, quando este termo, “gênero”, buscou legitimidade acadêmica nos estudos feministas, objetivando nomeá-las, para inserirem como sujeitos históricos legítimos, fazendo com que fossem vistas e referidas como o estudo do outro, independente de gênero masculino ou feminino. Para Scott

O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre o corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos do sexo e da sexualidade, o gênero se tornou uma palavra particularmente útil, porque ele oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens. (SCOTT. 1995, p.7)

À frente de diversos aspectos e definições no campo de pesquisa, a

categoria gênero ganhou visibilidade por distintas áreas da historiografia, dando forma a uma “história do gênero”, na qual surgem os mais diversos interesses por debates e questões, relacionando o tema a algumas disciplinas e produzindo uma interdisciplinaridade do estudo de gênero.

Nota-se no discurso da ex-vereadora Antonina Santana Borges, que os termos feministas foram por tempo inibidos nas organizações sociais, pois configurariam padrões que não desejam estabelecer nas organizações.

Os termos gêneros já se discutiam, porém nós éramos orientados por uma pastoral que era...CPT Guajarina- comissão pastoral da terra, pra gente não ir em busca do feminismo, e sim lutar organizadamente pelos direitos iguais de homens e mulheres. Nesta época também avançou o movimento de mulheres da região Guajarina envolvendo os 7 municípios, a gente tinha uma organização muito grande neste movimento a onde a gente sonhava, lutava se organizava e defendia nossos direitos, onde tivemos vários congressos em Bujaru, assim como em Concórdia também. Aqui teve dois congressos e foram barrados por alguns sindicalistas e um padre que ameaçou as mulheres que participassem dos movimentos que foi lançado em Concórdia do Pará. Ele não batizaria seus filhos, e com isso acabou o nosso movimento em Concórdia do Pará. (BORGES, 2022, n.p.)

Percebe-se que as igrejas configuravam espaços de forte presença das mulheres, e por conseguinte de forte influência sobre a vida destas. Neste espaço desenvolveu-se entre elas atuações nos movimentos sociais, com estratégias de sociabilidade que inseria também projeções no campo da política. Entretanto, ainda que estejam em espaços políticos, essas mulheres ocupam prioritariamente atividades que se relacionam a organização interna e a assistência social, características que estão ligadas ao mito do “espírito maternal” (PINTO, 2017).

Importante destacar que esses espaços hegemonicamente dos homens como analisado pelo discurso acima mencionado, foram espaços de delimitações das mulheres, como estratégias de burlar as organizações feministas no combate às estruturas patriarcais e a luta por direitos iguais. Entretanto, é necessário expandir o debate sobre o protagonismo dessas mulheres nesses movimentos, que tinha como principal função a proteção aos valores cristãos e da moral familiar, que podemos dizer que tardou os avanços dos debates de gênero.

É possível perceber que foram debates incorporados de críticas negativas ao feminismo que ajudaram ainda mais ao retrocesso no sistema político, a começar pelas lideranças ativistas religiosas. Por conseguinte, o problema da desigualdade de gênero que essa exclusão provocou, intensificou a demora da visibilidade feminina nos lugares políticos.

De acordo com Perrot (2019), a mulher por muito tempo foi silenciada nos relatos da História, construindo assim, uma memória “fora do tempo”, que dificultou as análises e definições de variações e temporalidades dos processos históricos, que influenciam em aspectos do presente na sociedade contemporânea.

Deste modo, é necessário nos tornar conscientes dos outros, assim nos comprometemos a transmitir de forma positiva a história narrativa, formando políticas sensíveis, que estimulem a compreensão de experiências que não encontramos, proferindo sentido e um novo olhar crítico ao mundo por suas perspectivas (RITIVOI, 2016), pois acredito que, cada mulher é apta a ter grandes histórias e, logo, a nossa análise, enquanto pesquisadora são essenciais para a construção de um pensamento historiográfico mais democrático, haja vista que:

Nossa tarefa é justamente prestar atenção na história de tal forma que partamos para além destas questões. Não há vidas sem sentido, e não há histórias de vidas sem significado. Existem apenas histórias de vida com as quais nós (ainda) não nos preocupamos e cujas revelações (incluindo aquelas de estonteamento trivialidade) permanecem-nos por essa razão, obscuras. (PATAI, 2010, p.19)

Pode-se dizer que, os problemas constatados na inserção da mulher na política, em grande parte, são os mesmos que envolvem a concretização da igualdade entre gêneros nos diversos espaços sociais. Problemáticas essas que promovem reflexões acerca da aplicação do princípio da igualdade: valorização salarial, respeito pelos corpos femininos e divisão justa nas jornadas de trabalho. Acredito que o ensino voltado para a educação política seria ferramenta que possibilitaria avanços dentro das relações e equiparação entre os gêneros e para uma ampliação da representatividade da mulher na política.

Partindo da perspectiva de rompimento de diferenciação de gênero, com o estudo da história das mulheres na política poderemos avançar com o surgimento da vontade das mulheres de participar desses espaços, avançando não somente nos direitos de votar, mas na inclusão ao acesso dos poderes parlamentares. Assim incorporamos efetivamente mulheres no corpo político, rompendo a inércia estrutural que divide os espaços de poder.

Nota-se, todavia, que as relações de poder ou de diversas lutas feministas não são suficientes para agregar as mulheres que ocuparam os cargos eletivos municipais no contexto de Concórdia do Pará, porém ambas acreditam que é necessário incentivo para que outras mulheres possam continuar ocupando esses

espaços. E é exatamente neste ponto que pauta minha ideia central neste trabalho: a lei de cotas 9.504/97 de 30 de setembro de 1997 não é suficiente para promover os índices de mulheres nos cargos eleitos, constatado que é necessária uma forte condição de enfrentamento a exclusão da mulher do mundo político, sendo necessária capacitação nas áreas, formações específicas e um ensino relacionado com as questões de gênero como ferramentas de inserção na sociedade e aos debates sobre as invisibilidades das mulheres encontradas no processo eleitoral e político, tal qual discutirei na próxima seção.

3. EDUCAÇÃO POLÍTICA NO ENSINO DE HISTÓRIA

A construção social da mulher distinguiu o comportamento social do gênero feminino no aspecto biológico, transformando e modificando a imagem da mulher e do homem, elevando sua feminilidade a um falso mito de conformismo a sua subordinação fundamental para a opressão das mulheres, tal qual identifica Simone Beauvoir ao afirmar que

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro. (BEAUVOIR, 1967. p.9)

Observa-se que o “tornar-se mulher” ocorre sobre os conjuntos do que ao longo do tempo foi estipulado sobre o lugar/papel da mulher do qual é necessário padronizar características que possam defini-las no sentido de incluí-las ou não em determinados lugares. A invisibilidade da mulher nos diversos meios de produções intelectuais, livros didáticos, etc, esconde seu protagonismo e sua luta nos processos históricos, reflexos de uma consciência não crítica sobre as temáticas, fator que representa também uma vivência diária da mesma, levando-a a aceitar prerrogativas como que os lugares de poder não sejam para todos e todas, que deve haver distinções entre homens e mulheres que, por sua vez, ultrapassam diferenças biológicas e naturais, que desconheçam seus próprios direitos como sujeitos capazes de acessar o cenário político sejam pelo voto, sejam pelo reconhecimento da sua condição legível. Deste modo, para Miguel e Biroli

Não é possível discutir a teoria política ignorando ou relegando as margens a teoria feminista, que, nesse sentido, é um pensamento que parte das questões de gênero, mas vai além delas, reorientando todos os nossos valores e critérios de análises. (MIGUEL. BIROLI. 2014, p.17)

Vale ressaltar que o pensar histórico resulta na sua experiência de vida e conseqüentemente trará ao aluno a capacidade de relacionar e diferenciar as experiências de tempo e espaços sociais, refletindo nas suas ações, posições e opiniões (SOUZA, 2010 p. 730).

De tal forma, é necessário um ensino qualificado para inserir uma educação política nas escolas com a intenção de que os discentes construam noções mais amplas, democráticas e autônomas sobre esses espaços, em especial sobre a presença das mulheres nos mesmos, haja vista que:

O conhecimento dos cidadãos comuns brasileiros, via regra, sobre o funcionamento das estruturas políticas, da administração pública e da função legislativa estão aquém do mínimo necessário até mesmo para exercer o seu direito de votar. Há uma carência generalizada de informações oficiais, as quais são substituídas por boatos, muitas vezes maldosos, com o único objetivo de criar distorções na compreensão da matéria (FONSECA e FACHIN, 2020, p.17).

É o que acontece pela ausência de uma educação política no ensino, o que entre as diversas conseqüências, permite que as mídias explorem temáticas importantes através de matérias e conteúdos tendenciosos, criando uma má formação política, sem a devida importância aos debates mais significativos e que, certamente, gera prejuízos sociais, entre eles a baixa representatividade da mulher na política, que contribuí para um sistema de desigualdades.

Vale ressaltar que, a educação é peça principal para criação de estratégias de combate as desigualdades sociais. Assim, o ensino torna-se uma ferramenta fundamental para uma atuação social mais justa, desenvolvendo atitudes saudáveis e positivamente críticas nas relações entre indivíduos e sociedade, nesse caso com relações às questões de gênero e participação das mulheres na política, processo este que possibilita de forma sistemática, intencional e planejada, um desenvolvimento não apenas cognitivo, mas também de novas concepções sociais, mais igualitárias.

O ensino de história contextualizado e politizado pode ser desta forma, um aliado importante e necessário para a ampliação dos espaços de ocupação das mulheres na política, com o compromisso de inserir a aprendizagem ligada aos meios de vivências do próprio território do aluno como estratégias de exploração

metodológica aos meios sociais e assim capacita-los a novas análises da historiografia aproximando-o do seu mundo cotidiano para viabilizar atitudes nas ações, contextualizando e otimizando temas propostos nas transversalidades do ensino, devendo assim.

Ser dinâmico, não podendo ser minimizado, desprezando as experiências ocorridas nos meios sociais que alunos vivenciam e trazem para a escola, tornando-o compreensível para a ruptura que o saber exato, de natureza científica se estabelecem ao cotidiano social, e a partir disso alcançam a sabedoria de compreender as relações que as interligam. (Freire 2006, p. 30)

Outro papel relevante para o ensino é associar a formação dos docentes, discentes e a equipe técnica pedagógica, no qual poderá construir, durante o processo ensino-aprendizagem, estratégias de ações organizadas e participativas, que permitirá a integração da educação política e da sociedade através das produções desenvolvidas e reconhecidas nos processos históricos, planejadas e capacitadas para diagnósticos das realidades cotidianas.

Como ferramenta no ensino de história, o livro didático alcança números elevado de leitores, é uma importante ferramenta para educação na atualidade e para muitos é a única fonte de conhecimento, por isso quando não se apresenta nesses materiais a figura das mulheres, suas contribuições históricas e, por conseguinte, seu protagonismo, cria-se uma lacuna no processo de aprendizagem de toda uma sociedade que poderá contribuir para a intensificação da desigualdade de gênero. Sendo assim, é importante e necessário apresentar instrumentos para as novas abordagens deste ensino, disseminando conhecimentos históricos, inicialmente fundamentados pela invisibilidade do mesmo e reconhecendo a falta de figuras femininas no livro didático, assim como não o tornando a única base para a ensino, mas absolvendo fragmentos da historiografia, ponderando equilíbrio no seu uso, reconhecendo suas limitações e ampliando as discussões em sala de aula por meio de outras fontes confiáveis, permitindo entre as relações, entender as problemáticas e consequências das invisibilidades ao longo da história, inclusive, na própria escola, pois vale lembrar que:

Quanto mais o aluno sentir a História como algo próximo dele, mais terá vontade de interagir com ela, não como uma coisa externa, distante, mas como uma prática que ele sentirá qualificado e inclinado a exercer. O verdadeiro potencial transformador da História é a oportunidade que ela oferece de praticar a “inclusão histórica”. (PINSKY, 2018, p.28)

Sendo assim, para esta pesquisa, é de suma importância conhecer os meios sociais do próprio território, para relacionar os surgimentos dos debates sobre os espaços que as mulheres deveriam estar ocupando, ponderando os benefícios que o ensino asseguraria ao entendimento do aluno sobre a isonomia constitucional entre homens e mulheres, sobretudo as que assumem estes lugares parlamentares e as dificuldades que permitem sua permanência no poder.

Para Paulo Freire (2006), o educador é um agente político e, consciente ou não, assume a natureza política em sua prática, abraçando uma responsabilidade e coerência das suas posições político-ideológica, introduzindo mudanças democráticas nos espaços de ensino, nas formações, sem manipulações ideológicas, em favor das práticas e da clareza política, estimulando a capacidade de conviver com as diferenças, estimulando as dúvidas, as críticas, a curiosidade, as perguntas a aventura de criar. Além disso, para o autor José Carlos Libâneo (1994, p. 222),

A escola, os professores e os alunos são integrantes da dinâmica das relações sociais: tudo o que acontece no meio escolar está atravessado por influências econômicas, políticas e culturais que caracterizam a sociedade de classes. Isso significa que os elementos do planejamento escolar - objetivos, conteúdos, métodos - estão recheados de implicações sociais e têm significado genuíno político. (Libâneo, 1994, p.222)

Assim o ensino de história nos permite interligar problemáticas sociais aos processos historiográficos gerados pelas mais distintas violências de gênero, bem como o entendimento que a permanência dessas violências gera desafios para a inserção e permanência de mulheres em maior número aos espaços de poder. Logo, o ensino de história crítico e contextualizado possibilita criar debates em diferentes setores da sociedade civil e desenvolve novas ferramentas de análises sobre o olhar crítico sobre o próprio território na busca de compreender “de perto” os problemas inseridos e naturalizados nas relações sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das trajetórias das mulheres aqui mencionadas e discutidas neste trabalho, cabe destacar a razão da importância das mulheres nos espaços de poder. Evidenciando como suas inserções na vida política foram carregadas de desafios, vivenciadas por serem mulheres, uma por ser mulher negra, que ao

entrarem em espaços antes dominados por homens tensionam o sistema e lembram o princípio da igualdade postulado em nossa constituição, assim como, para além dessa perspectiva trazem inúmeros benefícios para toda a coletividade, por meio de suas atuações.

Além disso, percebe-se nas falas das entrevistadas que a lei de cotas não foi o principal instrumento decisivo para sua inserção nos processos eleitorais, mas que a própria vontade de ocupar esses lugares foi a responsável por essa escolha. Escolha essa que gerou um enfrentamento aos preconceitos aparentes nesses âmbitos. Entretanto reconhecemos que as medidas governamentais são boas, mas que há necessidade de acompanhar e ampliar políticas públicas dessa natureza, tanto para capacitar outras mulheres à política, quanto para prorrogar medidas de enfrentamento as desigualdades de gênero.

Percebe-se que a pesquisa também desvelou que, com a pluralidade existente nos nossos meios sociais cabe fomentar nos meios educacionais incentivos para o ensino da educação política a nossa sociedade, assim construindo ferramentas de combates as violências direcionadas as mulheres no sistema patriarcal, machista, misógino e racista, no qual estamos inseridas, combatendo a cultura de inferioridade que se é alimentada nos aspectos do dia-a-dia e vinculada à figura da mulher que é posta como sujeito que deve apenas cumprir atividades domésticas e maternal.

De tal forma, o ensino de história nos possibilita oferecer novos espaços de diálogos e reflexão sobre os processos históricos, que permitem apontar principais momentos de avanço na construção da consciência crítica, na mobilização e elaboração de políticas educacionais e de outras demandas sociais que visam intervir na problemática da desigualdade e se direcionar a igualdade de gênero.

Sendo assim, é urgente a ampliação dessa representatividade nos espaços de poder, aliada a uma educação que insira debates sociais, políticos ao ensino de história na formação de indivíduos conscientes que tenham a compreensão de que mulheres sofrem distintas violências vezes nos processos históricos, fator que as impede de enfrentar os desafios da mesma forma que os homens, e conseqüentemente dificultam sua inserção na política e desestimula outras mulheres a ocuparem esses lugares.

E vale ressaltar que, a cota não torna isso mais fácil, já que não há paridade e nem equidades nas disputas eleitorais, ao contrário, as exigências se tornam ainda maiores para que estas mulheres darem conta dos desafios de uma sociedade dominada por homens nos poderes executivos, legislativos municipais, estaduais e federais. De tal forma, essa demanda é urgente e necessária para que tenha um rompimento nas disparidades eleitorais entre gêneros, para que mulheres ocupem amplamente os lugares de representatividade política, e conseqüentemente gerar novas políticas públicas direcionadas às mulheres e combater as diversas violências que sofremos diariamente.

Por fim, encerro com um trecho do discurso feito pela ativista Sojourner Truth (1851) na Convenção dos direitos das Mulheres de Ohio, em Akron

“Se a primeira mulher que Deus fez foi forte o bastante para virar o mundo de cabeça para baixo por sua própria conta, todas essas mulheres juntas aqui devem ser capazes de concerta-lo, colocando-o do jeito certo novamente. E agora que elas estão exigindo fazer isso, é melhor que os homens as deixem fazer o que elas querem.”

Ler e ouvir cada uma dessas mulheres nos permite compreender que ainda há grandes caminhos para percorrer, e que será preciso que muitas de nós apropriem-se do seu lugar social e político, permitindo ocupar de forma plena esses espaços. Somente nós mulheres podemos mudar este cenário, e será através das nossas lutas que avançaremos aos lugares de poder, construindo políticas públicas e educacionais para efetivar o avanço dos nossos direitos de igualdade sem mais sermos interrompidas e/ou silenciadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jéssica Teles de. MACHADO. Raquel Cavalcanti Ramos. “**Gênero, Raça e Participação da Mulher Negra: da Visibilização à Inclusão**”. RDP, Brasília, Volume 18, n. 98, 389-413, mar./abr. 2021.

BEAUVOIR, Simone de. “**Infância**”. in O Segundo Sexo: a experiência vivida, volume 2ª Edição São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1967.

BOCK, Ana Maria et al. **Psicologias**. São Paulo. Brasiliense. Cap. 1 A Psicologia ou as Psicologias. 1989.

BORGES, Vavy Pacheco, **“Grandezas e misérias da biografia”** In Fontes Históricas. Carla Bassanezi Pinsky (Org.). São Paulo: Contexto, 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.332, de 1º de setembro de 2016.** Altera a Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2016/Lei/L13332.htm
Acessado em 31/01/2022.

BRASIL. **Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.** Estabelece normas para as eleições. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm
acessado em 31/01/2022.

CARVALHO, Daniela Dantas. YASUDA, Thais Guedes. **“A Sub- representação Feminina na Política Brasileira em Face das Inovações Democráticas Legislativas”**. VirtuaJus – belo Horizonte, v.13 - n.1, p.363-383- 1º sem. 2017. INSS: 1678-3425.

COELHO, Leila Machado. BAPTISTA, Marisa. **“A História da Inserção Política da Mulher no Brasil: uma Trajetória do Espaço Privado ao Público”**. Psicologia Política. Vol. 9. Nº 17. PP 85-99. Jan. 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **“História, Tempo Presente e História Oral.”** Topoi, Rio de Janeiro, pp. 314-332, Dezembro/2010.

FERREIRA, Ricardo Frankllin. CAMARGO, Amilton Carlos. **As relações cotidianas e a construção da identidade negra.** Psicologia: Ciência e Profissão [online]. 2011, v. 31, n. 2, pp. 374-389.

FIORUCCI, Rodolfo. **“Considerações acerca da História do Tempo Presente.”** Publicação Revista Espaço Acadêmico, Nº 125, Outubro/2011.

FONSECA, Junior Xavier. FACHIN, Zulmar Antônio. **“A participação da mulher na política brasileira: obstáculos e desafios”**. Revista Estudos Políticos. Vol. 9, n. 2 ISSN 2177 – 2851.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade** / Paulo Freire; prefácio de Moacir Gadotti e Carlos Alberto Torres; notas de Vicente Chel. -7. Ed.- São Paulo: Cortez, 2006.

PINSKY, Jaime. PINSKY, Carla Bassanezi. **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas/** Leandro Karnal (org.) – 6. Ed., 6ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2018.

LIBÂNEO, José Carlos de. Didática. **“O Planejamento Escolar”**. São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção magistério 2º grau; Série formação do professor).

MIGUEL, Luis Felipe, BIROLI, Flávia. **“Feminismo e Política: uma Introdução.”** 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2014.

MIRANDA, Caroline Barroso **“De que cor eu sou?” O lugar da menina negra no espaço escolar: um estudo sobre a representação das Mulheres Negras no livro didático de História** / Caroline Barroso Miranda. — 2020. 177 f. : il. color

MUNIZ, Alexsandro Dias. SILVA, Daniela Regina da. **“Sexualidade e gênero”**. Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI, 2007. Visto em http://www.servi.adm.br/arquivo/servi_20090930_162804.pdf acessado em 14/04/2022.

NOREMBERG, Alessandra. ATONELLO, Isabelle Pinto. **“A Trajetória Feminina na Política Brasileira”**. XII Seminário Nacional demandas Sociais e políticas públicas na sociedade contemporânea. Edição 2016. INSN 2447 – 8229.

PATAI, Daphne. **“História Oral, Feminismo e Política.”** São Paulo: Letra e Voz, 2010

PERROT, Michelle. **“Minha história das mulheres.”** São Paulo: Contexto - 2ª ed., 6ª reimpressão, 2019.

PERROT, Michelle. **“Os silêncios do corpo da mulher”** In O corpo feminino em debate. Maria Izilda Santos de Matos & Rachel Soihet (Orgs.), São Paulo, Editora UNESP, 2003.

PINHEIRO, Luana Simões. **“Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte”**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007. (Série Documentos).

PINTO, Brenda Oliveira. **“Mulher e Política em Amélia Rodrigues: Educação, filantropia e relações de gênero (1972 - 1982)”**. Feira de Santana: UEFS, 2017.

RAGO, Margareth. **“As mulheres na historiografia brasileira.”** In Cultura Histórica em Debate. SILVA, Zélia Lopes (Org.). São Paulo: UNSP, 1995.

RIBEIRO, Djamila. O que é: lugar de fala?/ Djamila Ribeiro.-- Belo Horizonte(MG): Letramento: Justificando, 2017.

RITIVOI, Andreea Deciu. **“Empatia, Intersubjetividade e Compreensão Narrativa – lendo histórias, lendo as vidas (dos outros).”** São Paulo: Letra e Voz, 2018.

SANTOS, Steffane Pereira. **“Sub- Representação de Mulheres Negras no Brasil: Quem Representa a Base da Pirâmide Social?”**. V. 17 n. 2 (2020): Dossiê Epistemologias Negras e Indígenas.

SCOTT, Joan Wallach. “**Gênero: uma categoria útil de análise histórica**”. In Gênero e História. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, Jul/dez. 1995, pp.71-99.

SILVA, Otavio Henrique Ferreira da. CAETANO, Rafaelle Stéphanie Oliveira. NANÔ João Paulo Lisboa. **Meninas negras e política: combatendo o racismo e fomentado a participação delas no espaço público**. Artigo. Cadernos pagu (58), 2020: e 205811.

SOUZA, Cláudia Moraes de. **A construção do pensar Histórico: questões da formação histórica no Ensino**. Antíteses, vol. 3, n. 6, jul.-dez. de 2010, pp.729-742.

STREY, Marlene Neves. “**Psicologia Social Contemporânea: livro-texto**”. 13 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

ENTREVISTAS

DUARTE, Maria José Lima Duarte. Entrevista concedida em 26 de Janeiro de 2022.

CELESTINO, Elizangela Paiva. Entrevista concedida em 31 de Janeiro de 2022.

SANTANA, Antonina Borges. Entrevista concedida em 03 de Fevereiro de 2022.

SANTANA, Mônica Miranda Soares Santana. Entrevista concedida em 01 de Fevereiro de 2022.

SITES

CAMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ.
<https://camaraconcordiadopara.pa.gov.br/> Acessado em 15/01/2022.

JORNAL UOL. **Livro defende que impeachment de Dilma foi machista e atingiu mulheres na política.** Disponível em
<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/05/livro-defende-que-impeachment-de-dilma-foi-machista-e-atingiu-mulheres-na-politica.shtml> /Acessado em 31/01/2022.

OSORIO, Ana. Lobby do Batom: conheça a história desse movimento de mulheres. Disponível em: <https://www.politize.com.br/lobby-do-batom/>. Acesso em: 31 may. 2022.

PORTAL GELEDES: Instituto da Mulher negra. <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em: 31 mai. 2022.

SENADO FEDERAL. **Maioria do eleitorado feminino ainda enfrenta desafios na política**
Fonte: Agência Senado. Disponível em

<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2020/10/maioria-do-eleitorado-feminino-ainda-enfrenta-desafios-na-politica> /Acessado dia 03/02/2022.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. <https://www.tse.jus.br/> Acessado em 01/02/2022.